

Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Essentia PCHs S.A. ("Essentia" ou "Companhia") apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia que abrangem a Essentia e suas controladas diretas e indiretas (conjuntamente referidas como "Grupo"), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

O Grupo seguiu bastante ativo no exercício de 2024, promovendo melhorias em suas operações e gestão, buscando adotar as melhores práticas no setor. Somado a isso, o Grupo deu continuidade à implementação de tecnologias de ponta em automação em seus negócios e digitalização de atividades suportes, visando maior eficiência dos custos, sempre acompanhando os desdobramentos dos cenários político e econômico do Brasil.

O Lucro líquido Consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 atingiu R\$ 111.470 mil, o que representa um aumento de R\$ 9.823 mil em relação ao lucro apurado no exercício de 2023, principalmente explicado pela redução do prejuízo financeiro do exercício.

O Lucro Operacional Consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 apresentou uma redução de 0,5% em relação ao exercício anterior, principalmente explicado pelo aumento de 6,6% no custo de venda de energia elétrica.

A geração de caixa operacional das operações continuadas do Grupo, medida pelo EBITDA atingiu R\$ 240.641 mil em dezembro de 2024 que representa uma redução de 0,4%, comparado com o exercício anterior.

A administração da Companhia reitera o compromisso e confiança com os acionistas, clientes, parceiros, sociedade e demais stakeholders, seguindo otimista quanto aos avanços do setor elétrico brasileiro e confiante nos negócios, baseada em eficiência operacional, governança corporativa, sustentabilidade, disciplina financeira e crescimento sinérgico, cada vez mais preparada para enfrentar os desafios e oportunidades no país.

2. Ambiente Macroeconômico

A atividade econômica brasileira apresentou resultados positivos em 2024. Esse desempenho foi impulsionado por uma recuperação robusta em diversos setores, refletindo um ambiente econômico mais favorável. O mercado de trabalho também se destacou, alcançando a menor taxa de desemprego da série histórica desde 2012.

Ao mesmo tempo, a inflação medida pelo IPCA ultrapassou o limite superior da margem de tolerância estabelecida pelo governo. Em resposta a esse cenário inflacionário, o Comitê de Política Monetária (Copom) realizou aumentos sucessivos na taxa básica de juros da economia brasileira, a taxa Selic, durante todo o ano de 2024, terminando o ano com um último aumento de 12,25% a.a. visando controlar a pressão sobre os preços.

Para 2025, as expectativas do mercado, conforme indicado pelo relatório Focus, projetam um crescimento do PIB em torno de 2%. O tema fiscal continua sendo um desafio preponderante para a economia brasileira. O mercado espera uma política fiscal orientada pela austeridade financeira, com o objetivo de reduzir os gastos públicos e mitigar os riscos associados ao aumento da inflação.

3. Ambiente Regulatório

3.1 Expansão da Geração e Evolução da Carga

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) registrou em dezembro uma ampliação de 503 megawatts (MW) na capacidade instalada de geração de energia elétrica no País, avanço que colaborou para um crescimento de 19,8 gigawatts (GW) na matriz elétrica brasileira ao longo de 2024. Assim, o país passa a contar com 246,5 GW de potência instalada.

De acordo com a Agência, para o ano de 2024, o destaque foi a evolução da capacidade instalada da Micro e Mini Geração Distribuída (MMGD), que atingiu o patamar de 35,65 GW de potência sendo, 9,02 GW, a capacidade instalada adicionada em 2024.

Dessa forma, temos as usinas hidráulicas como a maior fonte de geração do Brasil (110 GW), seguida pelas térmicas (48 GW) em segundo e MMGD em terceiro, ficando à frente das usinas eólicas (33GW) e solares (18GW).

Com relação às expectativas para o ano de 2025, a ANEEL estima um incremento de 8,3 GW de potência, sendo 3,2 GW de projetos de fonte solar, 2,4 GW movidas as combustível fóssil, 2,1 GW de eólica, 0,33 GW de biomassa e 0,25 GW de hidráulicas.

Quanto ao consumo, em 2024, a carga global do SIN deve totalizar 573.021 GWh, o que corresponde a um crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior. Tal comportamento da carga do SIN durante o ano de 2024 foi impactado por fatores relativos à confiança econômica e a eventos meteorológicos.

Sob a ótica econômica, o destaque vai para o os índices de confiança da indústria, do setor de construção e do consumo. A evolução favorável e a resiliência do mercado de trabalho e da renda, contribuíram para a manutenção da demanda interna aquecida gerando reflexos positivos nos resultados do Produto Interno Brasileiro (PIB) e, conseqüentemente, sobre o crescimento da carga. O cenário de alta da inflação, iniciado em maio de 2024, com a conseqüente retomada da política monetária contracionista, em setembro, ainda não mostrou seus efeitos sobre o comportamento da carga.

Tal como o comportamento dos indicadores econômicos, os fatores meteorológicos também impactaram o comportamento da carga do SIN ao longo do ano de 2024. O fenômeno do El Niño influenciou o comportamento da carga ao longo do 1º semestre do ano de 2024, com destaque para o 1º trimestre do referido ano, onde pôde ser observada anomalia positiva de temperatura em todas as regiões do país. Entre os meses de abril e maio, foi observada precipitação acima da média, com destaque para a ocorrência de evento extremo no Rio Grande do Sul. Já no segundo semestre, o desempenho da carga foi afetado pela predominância de temperaturas extremas (máximas e mínimas) acima da média histórica nas regiões que compõem os subsistemas Sudeste/Centro-Oeste (SE/CO) e Sul, acompanhada de precipitação abaixo da média histórica.

Para 2025, as projeções da CCEE, EPE e ONS indicam um crescimento da carga global da ordem de 3,5% relativamente ao ano anterior, ou seja, 2.791 MW médios superior à carga verificada em 2024.

3.2 Reservatórios do Setor Elétrico e seus Efeitos sobre o PLD

No primeiro semestre de 2024, o Brasil vivenciou uma situação confortável de geração de energia elétrica no país, principalmente devido às condições climáticas favoráveis para a geração de energia nas usinas hidrelétricas.

No entanto, da segunda metade do ano em diante, a região Sudeste/Centro-Oeste, que é o subsistema que possui aproximadamente 70% da capacidade de armazenamento de água do SIN, apresentou níveis preocupantes de armazenamento, os quais somente se recuperaram em meados do mês de novembro. Dessa forma, os níveis de armazenamento do SIN encerraram 2024 em 53%, 7 p.p abaixo em relação ao exercício de 2023 (60%).

Isso refletiu em um aumento do custo de geração de energia no país e o Generation Scaling Factor

(GSF) atingiu 87% em média para 2024, uma redução de 2,2% comparado ao ano anterior. Não apenas a hidrologia afetou negativamente os níveis de GSF, mas também o acionamento de termelétricas, visando preservar os recursos hídricos, uma das medidas utilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar problemas de abastecimento no país, especialmente nos horários de pico de consumo de energia, devido às chuvas abaixo do esperado. Adicionalmente, com o acionamento das usinas térmicas associados aos baixos níveis dos reservatórios, contribuíram para uma alta volatilidade do Preço da Liquidação das Diferenças (PLD), o qual alcançou, em determinados períodos de outubro, 716,80 R\$/MWh, e retornando ao limite mínimo regulatório de 61,07 R\$/MWh.

4. Responsabilidade Social e ambiental

A Essentia tem como missão gerar negócios de qualidade em energia renovável com ética, rentabilidade, inovação e sustentabilidade.

A Companhia entende que os investimentos sociais criam oportunidades significativas para nossos negócios, fortalecendo o relacionamento com as comunidades, autoridades governamentais e demais stakeholders, melhorando nossa reputação, atraindo novos talentos e expandindo nossos negócios.

Dentre as ações socioambientais, em 2024 foram realizadas visitas periódicas nas escolas e entidades dos municípios com o objetivo de despertar o interesse dos estudantes de diversas faixas etárias no "mundo" da geração de energia renovável, visando difundir conhecimento sobre o funcionamento da geração de energias renováveis através do vento. Desta forma, é apresentado as diversas áreas e profissões que atuam neste setor de energia, auxiliando a informar as entidades do município as ações realizadas pelo empreendimento.

Em 2024, a equipe da Essentia apoiou diversos programas sociais nas regiões dos seus empreendimentos. No programa de visitação, recebeu em suas instalações estudantes nas plantas das PCHs Correntina, São Domingos II, Galheiros, Pedra do Garrafão e Pirapetinga. O programa tem como objetivo despertar o interesse dos estudantes de diversas faixas etárias no "mundo" da geração de energia renovável, difundir conhecimento sobre o funcionamento da geração de energias renováveis e apresentar as diversas áreas e profissões que atuam no setor de energia. No início de 2024, também foi realizada a doação de materiais para a 4ª Campanha de Despoluição do Rio Veríssimo, apoiando os municípios de Nova Aurora e Goiandira/GO.

O grupo, identificando a necessidade de melhoria no atendimento neonatal do Hospital São Vicente de Paulo, localizado em Bom Jesus do Itabapoana/RJ, doou, alinhado com a ODS 3, 12 respiradores infantis e 1 Unidade de Cuidado Intensivo/Ampla à instituição. Outra doação da companhia ocorreu no município de São Domingos/GO, duas escolas da rede municipal receberam computadores e equipamentos para a formação do Centro de Informática das escolas, essa ação está alinhada com a ODS 4, visando proporcionar educação de qualidade para as comunidades próximas aos empreendimentos.

Em 2024 foram realizadas diversas visitas em escolas próximas as nossas unidades operacionais: Escola Municipal Manoel Rodrigues de Carvalho no distrito de Sítio Grande, no município de São Desidério – BA; Cooperativa Educacional de Correntina (COOTREDUC) em Correntina/BA; Escola Estadual Amélia de Castro Lima localizada no município de Goiandira; e escola Estadual Ilydia Maria Perillo Caiado localizada no município de Nova Aurora. Nessas visitas, foi abordada a conscientização e importância da preservação do meio ambiente e práticas sustentáveis, sendo o público-alvo: os alunos participantes das atividades, unidades públicas de ensino, comércios locais, moradores dos municípios de Goiandira e Nova Aurora, povoado Veríssimo. Também foi realizado o Estudo de Percepção Ambiental-EPA, com os moradores da zona urbana dos municípios de Goiandira e Nova Aurora, e povoado Veríssimo, através de entrevistas. Essa estrutura ajudará a garantir que o Estudo de Percepção Ambiental seja abrangente e forneça insights valiosos para a tomada de decisões futuras.

Outro tema discutido nas ações realizadas pelo grupo é a “Prevenção de Queimadas e Áreas de Preservação”, sendo apresentado aos alunos, professores, coordenação e direção escolar, informações e dados sobre a importância do controle de focos de incêndio e queimadas, de modo a prevenir suas consequências sobre o meio ambiente e sobre as comunidades. Além disso,

também foram abordados os danos causados pelos incêndios em Áreas de Preservação Ambiental (APAs), com foco na fauna e na flora do cerrado, sobretudo em períodos de estiagem. Além das apresentações e distribuição de informativos, a ação contou ainda com a doação de mudas de Ipê Amarelo, solicitadas pela direção da escola. Foram produzidos informativos, sendo distribuídos em domicílios das comunidades adjacentes que compõem a área de influência, em instituições/órgãos de interesse e na planta das PCH's Sítio Grande, Alto Fêmeas e Correntina.

Neste mesmo sentido de trabalho, foram realizadas visitas nas comunidades próximas as PCH's São Domingos II e Galheiros, no município de São Domingos/GO, com foco na população das comunidades inseridas na área de influência do empreendimento, bem como em guias turísticos do Povoado de São João e adjacências que atuam no Parque Estadual de Terra Ronca. A ação realizada foi chamada de "Serpenteando: aprendendo mais sobre o mundo das cobras", com o objetivo de apresentar aos guias turísticos e população lindeira ao Parque Estadual de Terra Ronca, informações importantes em relação a esses animais, como cadeia alimentar, principais espécies encontradas na região, nicho ecológico, importância para o desenvolvimento de soros antiofídicos, entre outras. Também foram distribuídos informativos em domicílios e propriedades da comunidade lindeira, em instituições/órgãos de interesse e na planta das PCH's com temas: Operação e Manutenção da PCH (O&M), Formas caseiras de tratamento da água, Doenças causadas por vetores na água, Risco de queimadas e Dia Mundial do Meio Ambiente.

Além dos materiais informativos, outra ação referente ao PEACS diz respeito à realização da reunião com a Comissão de Acompanhamento do Empreendimento (CAE). A comissão trata-se de um mecanismo utilizado como modo de informar os principais stakeholders do empreendimento sobre comunicações que sejam importantes para os diversos públicos que estejam envolvidos com a PCH, seja de forma direta ou indireta. Nesse sentido, as reuniões da CAE se dispõem a receber as manifestações de representantes de comunidades e instituições públicas, além de levar informações a esses contatos, de maneira que sejam disseminadas aos diversos públicos envolvidos com a PCH Sítio Grande. A reunião da CAE desta campanha ocorreu na sala de reuniões da planta da PCH Sítio Grande.

Durante o ano de 2024, distribuimos a revista "Rio Itabapoana" para os moradores das comunidades próximas ao rio Itabapoana/RJ e para nossos colaboradores. Essa revista contém conteúdo educativo para a prevenção de queimadas, sobre a operação das PCHs, comemoração do "Dia Mundial da Água" e outras informações com viés de conservação do meio ambiente.

Em dezembro o grupo promoveu o Natal Solidário que contou com doações a comunidades e entidades próximas as unidades onde foram doados Brinquedos para as crianças e produtos de higiene e limpeza para idosos que estão em casas de repouso.

Por fim, o grupo em cumprimento às leis e à conformidade legal, executa diversos programas socioambientais, alinhados com as necessidades do meio ambiente de cada região e aprovados pelos órgãos licenciadores. Em 2024, foram executados os programas ambientais previstos para o período, como o Programa de Monitoramento de Fauna Terrestre, Programa de Monitoramento da Ictiofauna, Programa de Gerenciamento de Resíduos (PGRS), Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social, Programa de Monitoramento Limnológico, da Qualidade da Água e das Macrófitas Aquáticas, Programa de Controle de Zoonoses, Programa de Monitoramento Sedimentológico e Controle de Erosão, Programa de Monitoramento do Trecho de Vazão Reduzida (TVR), Programa de Produtividade Pesqueira, Programa de Saúde e Programa de Recuperação de Áreas de Degradadas.

5. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita Operacional

A receita líquida foi de R\$ 332.275 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 1,8% (R\$ 5.796 mil), em relação ao exercício anterior, que é decorrente, substancialmente, do reajuste do preço da energia e cenário hidrológico do ano de 2024. Abaixo o quadro com a composição da receita líquida:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida		
Receita com energia	347.028	340.768
(-) Impostos sobre vendas	(12.695)	(12.194)
(-) Encargos sobre concessão	(1.583)	(1.582)
(-) Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(475)	(513)
	332.275	326.479

Geração Operacional de Caixa

O EBITDA é uma medida não contábil calculada a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro, depreciação e amortização. O mercado e a Administração utilizam esse indicador de desempenho gerencial para avaliar a performance operacional da Companhia. Abaixo o cálculo do EBITDA do período findo em dezembro de 2024 e 2023.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	111.470	101.647
Depreciação e amortização	38.179	38.203
Resultado financeiro	77.751	88.755
Imposto de renda e contribuição social	13.241	13.105
EBITDA	240.641	241.710

A geração de caixa operacional da Companhia, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 240.641 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, isso representa uma redução de 0,4% em relação ao exercício de 2023), impactado principalmente pelo resultado financeiro no exercício.

Resultado do exercício

O Grupo apurou um lucro líquido de R\$ 111.470 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o que representa um aumento de R\$ 9.823 mil em relação ao lucro apurado no exercício de 2023, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	332.275	326.479
Custo de venda de energia elétrica	<u>(117.485)</u>	<u>(110.182)</u>
Lucro bruto	214.790	216.297
Despesas gerais e administrativas	(12.328)	(12.790)
Resultado com participações societárias	-	-
Lucro operacional	202.462	203.507
Receitas financeiras	10.047	13.476
Despesas financeiras	<u>(87.798)</u>	<u>(102.231)</u>
Resultado financeiro	(77.751)	(88.755)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	124.711	114.752
Imposto de renda e contribuição social	<u>(13.241)</u>	<u>(13.105)</u>
Lucro líquido do período	111.470	101.647

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2024, a posição da dívida do Grupo era de R\$ 578.739 mil que representa uma redução de 10,97% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 cuja dívida total era de R\$ 650.031 mil.

6. Auditores Independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Limited foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados ao exame das demonstrações financeiras anuais e revisão limitada das informações financeiras trimestrais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as despesas com honorários de auditoria totalizaramo montante de R\$ 1.262 mil. Em 31 de dezembro de 2023 as despesas totalizaram R\$ 1.223 mil.

7. Agradecimentos

Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

Essentia PCHs S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Administração e aos Acionistas da
Essentia PCHs S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Essentia PCHs S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Essentia PCHs S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Análise quanto à redução ao valor recuperável ("impairment") dos ativos

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.4, nº 17 e nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia avalia anualmente a existência ou não de indicativos de riscos de valor recuperável dos seus ativos, sendo ativo imobilizado, ativo intangível e ágio decorrente da aquisição das controladas, Afluenta Geração de Energia Elétrica S.A., Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A., Rio PCH S.A. e Bahia PCH S.A. ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As avaliações compreendem as estimativas relacionadas a fatores internos e externos que podem afetar os ativos e requerem grau significativo de julgamento por parte da Administração.

Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto à estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados à geração de energia; e (iii), há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável dos ativos; (ii) o teste e desafio das premissas de negócio relevantes utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas e custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; (iii) o teste da acuracidade matemática do fluxo de caixa descontado; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ativos.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiência de controles internos relacionada à falha no desenho e na implementação do processo de revisão da análise de redução ao valor recuperável destes ativos, que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria, modificando a natureza e ampliando a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a apuração e os critérios para mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, sua contabilização e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - "Demonstração do Valor Adicionado".

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora
CRC nº 1 SP 264857/O-6

ESSENTIA PCHS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.620	18.126	63.882	51.427	Fornecedores	19	269	329	10.810	13.050
Depósitos vinculados a debêntures	9	17.930	25.572	22.435	25.572	Debêntures	20	76.584	61.498	109.268	91.586
Contas a receber	10	-	-	29.540	35.606	Partes relacionadas	22	53.183	23.316	68.713	36.762
Estoque	11	-	-	2.767	637	Tributos e obrigações trabalhistas	21	1.036	1.004	6.773	8.793
Tributos a recuperar	12	2.720	3.806	3.816	4.992	Provisão liminar garantia física	23	-	-	43.643	38.635
Despesas antecipadas	13	-	116	3.561	3.591	Passivo de arrendamento		-	-	-	300
Partes relacionadas	22	90.885	80.617	3	-	Outras contas a pagar		-	-	968	-
Outras contas a receber	14	107	150	2.821	2.121	Total do passivo circulante		131.072	86.147	240.175	189.126
Total do ativo circulante		118.262	128.387	128.825	123.946						
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo						Debêntures	20	419.660	483.107	469.471	558.445
Partes relacionadas	22	50.515	69.229	-	-	Provisão para riscos	24	34	158	10.328	9.595
Tributos a recuperar	12	1.191	1.166	1.191	1.166	Provisão para perda de investimento	16	272	16.808	-	-
Depósitos judiciais		-	-	-	249	Outras contas a pagar		-	-	316	946
Despesas antecipadas	13	-	-	1.741	2.018	Total do passivo não circulante		419.966	500.073	480.115	568.986
Ativos financeiros	15	-	-	20.735	20.044						
Outras contas a receber	14	53	138	10.328	9.983	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Total do ativo não circulante		51.759	70.533	33.995	33.460	Capital social	25	62.557	62.557	62.557	62.557
						Ajuste de avaliação patrimonial		(21.096)	(21.096)	(21.096)	(21.096)
INVESTIMENTOS	16	509.339	507.731	-	-	Reserva Legal		12.511	12.511	12.511	12.511
Ativo de direito de uso		-	-	-	237	Reserva de Lucros		77.122	69.737	77.122	69.737
Imobilizado	17	-	-	639.043	658.936	Total atribuído aos acionistas da controladora		131.094	123.709	131.094	123.709
Intangível	18	2.772	3.278	78.141	94.656	Participação de não controladores		-	-	28.620	29.414
Total do ativo não circulante		563.870	581.542	751.179	787.289	Total do patrimônio líquido		131.094	123.709	159.714	153.123
TOTAL DO ATIVO		682.132	709.929	880.004	911.235	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		682.132	709.929	880.004	911.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ESSENTIA PCHS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	26	-	-	332.275	326.479
Custo de venda de energia elétrica	27	-	-	(117.485)	(110.182)
Lucro bruto		-	-	214.790	216.297
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	28	(3.141)	(4.363)	(12.328)	(12.790)
Resultado com participações societárias	16	166.221	170.144	-	-
Lucro operacional		163.080	165.781	202.462	203.507
RECEITAS FINANCEIRAS	29	10.256	14.303	10.047	13.476
Despesas financeiras	29	(70.507)	(87.100)	(87.798)	(102.231)
Resultado financeiro		(60.251)	(72.797)	(77.751)	(88.755)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		102.829	92.984	124.711	114.752
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	30	-	-	(13.241)	(13.105)
Lucro líquido do exercício		102.829	92.984	111.470	101.647
Lucro atribuível a					
Proprietários da companhia				102.829	92.984
Participação de não controladores				8.641	8.663
				111.470	101.647
Lucro básico e diluído atribuível por lote de mil ações R\$	25	0,4804	0,4745		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ESSENTIA PCHS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	102.829	92.984	111.470	101.647
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	<u>102.829</u>	<u>92.984</u>	<u>111.470</u>	<u>101.647</u>
PROPRIETÁRIOS DA COMPANHIA			102.829	92.984
Participação de não controladores			<u>8.641</u>	<u>8.663</u>
			<u>111.470</u>	<u>101.647</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ESSENTIA PCHS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reservas de Lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Controladora	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		69.557	(21.096)	13.911	49.060	-	111.432	29.679	141.111
Dividendos		-	-	-	(49.060)	-	(49.060)	(6.872)	(55.932)
Redução de capital		(7.000)	-	-	-	-	(7.000)	-	(7.000)
Reversão de reserva legal	25	-	-	(1.400)	-	-	(1.400)	-	(1.400)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	92.984	92.984	8.663	101.647
Reserva de lucros		-	-	-	69.737	(69.737)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(23.247)	(23.247)	(2.056)	(25.303)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>62.557</u>	<u>(21.096)</u>	<u>12.511</u>	<u>69.737</u>	<u>-</u>	<u>123.709</u>	<u>29.414</u>	<u>153.123</u>
Dividendos	25	-	-	-	(69.737)	-	(69.737)	(7.360)	(77.097)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	102.829	102.829	8.641	111.470
Reserva de lucros	25	-	-	-	77.122	(77.122)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	25	-	-	-	-	(25.707)	(25.707)	(2.075)	(27.782)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>62.557</u>	<u>(21.096)</u>	<u>12.511</u>	<u>77.122</u>	<u>-</u>	<u>131.094</u>	<u>28.620</u>	<u>159.714</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ESSENTIA PCHS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		102.829	92.984	124.711	114.752
Ajustes de receitas e despesas:					
Depreciação e amortização	17 e 18	506	637	37.964	37.845
Baixa de ativo imobilizado		-	-	1.045	-
Resultado com participações societárias	16	(166.221)	(170.144)	-	-
Amortização de ativo de direito de uso		-	-	216	357
Atualização ativo financeiro		-	-	(969)	(897)
Provisão para riscos		-	22	-	22
Juros, variações monetárias e custo de emissão - debêntures	20	69.932	86.488	82.867	102.976
Juros variações monetárias e cambiais partes relacionadas	22	(8.165)	(11.484)	-	-
Provisão de juros - passivo de arrendamento		-	-	41	26
Provisão e atualização financeira liminar GSF e penalidade de lastro de energia		-	-	3.487	(3.255)
(Aumento) redução nos ativos					
Contas a receber	10	-	-	6.066	(3.065)
Estoque		-	-	(100)	-
Tributos a recuperar		1.061	2.890	1.151	2.898
Partes relacionadas	22	581	2.266	2.582	-
Outras contas a receber		128	(288)	(1.045)	(856)
Despesas antecipadas	13	116	22	307	(2.899)
Depósitos judiciais		-	-	249	(76)
Ativo financeiro		-	-	278	-
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores	19	(60)	277	(2.240)	1.565
Provisão liminar garantia física, GSF e penalidade de lastro de energia	23	-	-	1.521	-
Outras contas a pagar		-	-	379	414
Provisão para riscos		(124)	65	733	934
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	21	32	891	14.054	(156)
CAIXA GERADO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		615	4.626	273.297	250.585
JUROS PAGOS DE DEBÊNTURES					
Imposto de renda e contribuição social pagos	20	(68.730)	(86.530)	(77.866)	(98.146)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		<u>(68.115)</u>	<u>(81.904)</u>	<u>166.117</u>	<u>142.411</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	17 e 18	-	-	(4.631)	(8.488)
Partes relacionadas - recebimento de dividendos	22	147.664	124.949	-	-
Redução de capital em controladas		-	67.808	-	-
Partes relacionadas - recebimento principal de mútuo		16.374	24.161	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		<u>164.038</u>	<u>216.918</u>	<u>(4.631)</u>	<u>(8.488)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento de debêntures	20	(49.563)	(34.250)	(76.293)	(67.424)
Depósitos vinculados a debêntures		7.642	(25.472)	3.137	(15.582)
Partes relacionadas - pagamento de dividendos	22	(65.508)	(66.465)	(75.513)	(75.646)
Redução de capital		-	(7.000)	-	(7.000)
Pagamento de arrendamento mercantil		-	-	(362)	(752)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(107.429)</u>	<u>(133.187)</u>	<u>(149.031)</u>	<u>(166.404)</u>
(DIMINUIÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		<u>(11.506)</u>	<u>1.827</u>	<u>12.455</u>	<u>(32.481)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>18.126</u>	<u>16.299</u>	<u>51.427</u>	<u>83.908</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>6.620</u>	<u>18.126</u>	<u>63.882</u>	<u>51.427</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ESSENTIA PCHS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RECEITAS	-	-	347.028	340.768
Receita bruta	-	-	347.028	340.768
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.238)	(3.143)	(80.746)	(76.134)
Energia comprada	-	-	(42.381)	(41.842)
Manutenções, materiais e serviços de terceiros	(2.218)	(3.115)	(27.249)	(23.943)
Encargos de transmissão de energia	-	-	(8.002)	(7.893)
Outros custos operacionais	(20)	(28)	(3.114)	(2.456)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(2.238)	(3.143)	266.282	264.634
Depreciação e amortização	(506)	(637)	(38.179)	(38.204)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(2.744)	(3.780)	228.103	226.430
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	168.359	172.963	10.047	13.476
Resultado de equivalência patrimonial	166.268	170.144	-	-
Receitas financeiras	2.091	2.819	10.047	13.476
Valor adicionado total a distribuir	165.615	169.183	238.150	239.906
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal e encargos:	382	550	9.838	8.949
Remuneração direta	261	258	7.348	6.691
Benefícios	105	257	1.982	1.789
FGTS	16	35	508	469
Impostos, taxas e contribuições	60	55	27.915	27.076
Federais	60	55	27.664	26.826
Estaduais	-	-	251	250
Remuneração de capital de terceiros	62.344	75.594	88.927	102.234
Juros	61.767	72.168	82.867	100.091
Outras despesas financeiras	577	3.448	4.931	2.141
Aluguéis	-	(22)	1.129	2
Remuneração de capitais próprios	102.829	92.984	111.470	101.647
Lucro líquido do exercício	102.829	92.984	111.470	101.647
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	165.615	169.183	238.150	239.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ESSENTIA PCHS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Essentia PCHs S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, n.º 98, Parte A, 4º andar, Jardim Europa. A Companhia foi constituída em 6 de dezembro de 2005 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, ou a participação em associações, fundações ou consórcios, notadamente cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia e serviços correlatos; a promoção de serviços em negócios de energia, bem como serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a subsidiárias e afiliadas; e a promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia e atividades correlatas.

A Companhia controla as seguintes empresas, que detém ativos de geração de energia hidrelétrica também autorizados pela ANEEL a atuar como Produtores Independentes de Energia – PIE, à exceção de Afluyente Geração de Energia Elétrica S.A., cuja outorga foi obtida junto à Agência reguladora por meio de concessão, sendo assim uma Concessionária de Geração de Energia Elétrica, a saber:

Empresa	Participação		Tipo de geração
	31/12/2024	31/12/2023	
Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.	100%	100%	Hidrelétrica
Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.	100%	100%	Hidrelétrica
Afluyente Geração de Energia Elétrica S.A.	100%	100%	Hidrelétrica
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	100%	100%	Hidrelétrica
Rio PCH I S.A.	70%	70%	Hidrelétrica
Bahia PCH I S.A.	100%	100%	Hidrelétrica

Situação financeira

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos circulantes excederam os ativos circulantes no montante de R\$ 12.810 e R\$111.350 no Consolidado (R\$65.180 no Consolidado em 31 dezembro de 2023) decorrente substancialmente das debêntures emitidas e da provisão da liminar garantia física da controlada Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. ("Santa Cruz").

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Total do ativo circulante	118.262	128.387	128.825	123.946
Total do passivo circulante	131.072	86.147	240.175	189.126
Capital circulante líquido negativo	(12.810)	42.240	(111.350)	(65.180)

A Administração elaborou fluxo de caixa projetado considerando premissas operacionais e financeiras, sendo que algumas não são de controle efetivo da Companhia, como por exemplo, hidrologia, inflação e a definição do pagamento ou não de montantes junto à CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, que estão sendo discutidos judicialmente.

A conclusão da Administração com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses é de que terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo por meio de recursos oriundos das atividades operacionais do Grupo, aportes de capital pelos acionistas e refinanciamento das dívidas vigentes com captação de novas dívidas, que poderão ser de curto ou longo prazo conforme a necessidade. Essa estratégia visa o caixa e garantir a solvência da Companhia no curto e médio prazo, ajustando-se às condições de mercado e à capacidade de pagamento.

O acionista controlador final Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia confirmou sua intenção de tomar as medidas, incluindo, mas não se limitando a aportes de recursos, caso necessário, para que a Companhia e suas controladas conduzam os seus negócios com a devida continuidade operacional por ao menos 12 (doze) meses.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e as e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3.1. Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os Itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem definir a provisão para riscos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para bônus, alocação do preço de aquisição societárias e análise quanto à redução ao valor recuperável (“impairment”) dos seus ativos. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

2.5. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

Abaixo a relação das controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.

Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 2.489, de 27 de julho de 2010, e Resolução Autorizativa nº 3.730, de 23 de outubro de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH Galheiros I, com 12,06 MW de potência instalada, localizada no rio Galheiros, na bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Município de São Domingos, Estado de Goiás e a implantar as instalações de transmissão de interesse restrito da PCH Galheiros I, constituídas de subestação da usina com capacidade de 12,1 MVA, 6,9/69 kV, interligando-se em 138 kV ao sistema da Companhia de Energia Elétrica de Goiás (CELG), na subestação Iaciara (SE), mediante conexão à SE elevadora (69/138 kV) da PCH São Domingos II, por meio de uma LT (Linha de Transmissão) 69 kV, em circuito simples, com cerca de 3,3 km de extensão.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através do Despacho no 3.570, de 8 de novembro de 2012, autorizou o início da operação comercial da PCH Galheiros I, a partir de 9 de novembro de 2012.

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I que passou a ser até 09 de novembro de 2042.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I que passa a ser até 07 de novembro de 2049.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 510, de 26 de novembro de 2001, Despacho nº 1.892, de 18 de agosto de 2006, Despacho nº 1.532, de 23 de abril de 2009, Despacho nº 1.999, de 13 de julho de 2010, e Despacho nº 3.984, de 11 de outubro de 2011), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH São Domingos II, com 24,7 MW de potência instalada, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e das instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de uma Subestação Elevadora interligada à Casa de Força com capacidade de 30.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, denominada Casa de Força, de onde parte uma linha de transmissão de 1,4 km de extensão, conectando-a com a Subestação Elevadora São Domingos II, com capacidade de 41.700 kVA, 69 kV/138 kV; a partir daí, parte uma linha de transmissão em circuito simples de 90,69 km de extensão, em 138 kV, interligando-a na Subestação Iaciara.

O início da operação comercial da PCH São Domingos II foi autorizado pela ANEEL a partir de 7 de maio de 2009 (Despacho nº 1.680, de 06 de maio de 2009).

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passou a ser até 05 de maio de 2039.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passa a ser até 05 de maio de 2046.

Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A. ("Afluentes G")

Concessionário de energia elétrica, que opera as PCHs de Presidente Goulart e Alto Fêmeas I, localizada no rio Correntina e rio das Fêmeas, nas cidades de Correntina e São Desidério, respectivamente. A PCH Alto Fêmeas possui capacidade instalada de 10,7 MW distribuída em 3 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Horizontais e a PCH Presidente Goulart possui capacidade instalada de 8,0 MW distribuída em 2 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Verticais.

A Afluentes G possui Contrato de Concessão o qual estabelecia o prazo de vigência até 08 de agosto de 2027 para a PCH Presidente Goulart, enquanto para a PCH Alto Fêmeas o prazo era até 19 de outubro de 2027, e que tem como objeto estabelecer as condições para a prestação do serviço público de geração de energia elétrica.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da concessão da PCH Presidente Goulart para 21 de março de 2029 e da PCH Alto Fêmeas para 20 de dezembro de 2028. No caso da Afluente G, a infraestrutura recebida ou construída da atividade de geração é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue no sistema (emissão de faturamento mensal da medição de energia gerada/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituído em 17 de janeiro de 2006, conforme Resolução nº 703, de 17 de dezembro de 2002, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e Resolução Autorizativa nº 59, de 17 de fevereiro de 2004, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás, cuja energia é gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW), bem como as instalações de interesse restrito, constituídas de uma Subestação Elevadora da PCH Goiandira, de onde parte uma linha de transmissão em 69 kV com aproximadamente 20 km de extensão até a Subestação da PCH Nova Aurora, 24.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, interligando de forma compartilhada as duas usinas ao sistema, por meio de um ramal de circuito simples em 69 kV, com aproximadamente 40 km de extensão até a Subestação Ipameri.

O início da operação comercial da PCH Goiandira foi autorizado pela ANEEL com a entrada em operação da primeira unidade geradora a partir de 08 de dezembro de 2010 (Despacho nº 3.766/2010) e da PCH Nova Aurora em 18 de janeiro de 2011 (Despacho nº 12/2011).

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira que passou a ser até 11 de novembro de 2040 e da PCH Nova Aurora que passou a ser até 19 de janeiro de 2041.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira que passa a ser até 13 de junho de 2045 e da PCH Nova Aurora que passa a ser até 02 de setembro de 2045.

Rio PCH I S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituída em 26 de janeiro de 2007, com o propósito de explorar as pequenas centrais hidrelétricas ("PCH") de Pirapetinga (20 MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no Rio Itabapoana, divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que entraram em operação em 2009, a implantar e operar as instalações de interesse restrito da PCH Pedra do Garrafão, constituídas de subestação da usina interligando-se ao sistema por meio de uma linha de transmissão em circuito simples, de 69 kV, com 16 km de extensão até à subestação de Mimoso do Sul, bem como as instalações de interesse restrito da PCH Pirapetinga, constituídas de subestação da usina e uma linha de transmissão, circuito simples, em 69 kV com 23 km de extensão, conectada à subestação Itaperuna.

A energia elétrica produzida destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, sendo comercializada majoritariamente no ambiente de contratação regulada (ACR).

O início da operação comercial da PCH Pirapetinga foi autorizado pela ANEEL a partir de 13 de agosto de 2009 (Despacho nº 3.011/2009) e da PCH Pedra do Garrafão a partir de 17 de setembro de 2009 (Despacho nº 3.526/2009).

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga que passou a ser até 14 de agosto de 2039 e da PCH Pedra do Garrafão que passou a ser até 19 de setembro de 2039.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga que passa a ser até 26 de janeiro de 2044 e da PCH Pedra do Garrafão que passa a ser até 20 de fevereiro de 2044.

Bahia PCH I S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituída em 1º de maio de 2007, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, BA, cuja energia é gerada através de duas unidades geradoras que tem potência instalada de 25 MW. Sua licença de instalação foi obtida em 03 de agosto de 2007, e sua entrada em operação ocorreu em outubro de 2010.

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, alterando o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande que passou a ser até 23 de outubro de 2040.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande que passa a ser até 22 de outubro de 2047. Possui contrato de suprimento de energia com a Vale do Rio Doce Energia, com vigência até 31 de dezembro de 2029.

2.6. Bases de consolidação e investimentos em controladas

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo.

2.7. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais e critérios de consolidação estão sendo apresentados com as respectivas notas explicativas.

4. GESTÃO DE RISCO

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do grupo. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – câmbio	Ativos e passivos em moeda estrangeira com empresas do mesmo grupo econômico	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.
Risco de mercado – taxa de juros	Debêntures de longo prazo com taxas variáveis (CDI e IPCA)	Análise de sensibilidade	Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a moedas estrangeiras, já que não possui ativos e passivos financeiros denominados em moedas estrangeiras.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os objetivos do grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar as outras partes interessadas.

O grupo mantém debêntures remuneradas pela variação da taxa de Depósito Interbancário (“DI”) e pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), acrescidas de sobretaxas de juro fixo gerando exposição à flutuação dessa taxa. As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem o grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda funcional, o Grupo atualiza os controles de exposição às taxas DI e IPCA periodicamente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos.

Com base nesses cenários, o grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ou swap de taxa de juros.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do grupo em função das variações do CDI e IPCA (os percentuais dos indexadores foram obtidos através do boletim FOCUS).

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data, considerando a taxa realizada do período (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Operação	Indexador	Saldo em exposição	Consolidado 31/12/2024				
			Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		14,65%	10,99%	18,31%	7,33%	21,98%
	IPCA		4,96%	3,72%	6,20%	2,48%	7,44%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	63.882	9.359	7.019	11.698	4.679	14.038
Depósitos vinculados a debêntures	CDI	22.435	3.287	2.465	4.108	1.643	4.930
Debêntures	CDI	(511.450)	(74.927)	(56.196)	(93.659)	(37.464)	(112.391)
Debêntures	IPCA	(82.546)	(4.094)	(3.071)	(5.118)	(2.047)	(6.141)

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela Administração.

O grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A Tesouraria acompanha as cláusulas contratuais das debêntures, além de monitorar as cláusulas restritivas (covenants), quando aplicável, a fim de que o grupo não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Na data do balanço, o Grupo mantinha CDBs e caixa disponível na Controladora de R\$6.620 (R\$18.126 em 31 de dezembro de 2023) e no Consolidado de R\$63.882 (R\$51.427 em 31 de dezembro de 2023) que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Nota	Controladora				Total Geral
	Vencimentos				
	Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	19	269	-	-	269
Debêntures		142.481	301.517	317.392	761.390
Parte relacionadas	22	53.183	-	-	53.183
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	19	329	-	-	329
Debêntures		116.495	247.339	280.051	796.709
Parte relacionadas	22	23.316	-	-	23.316

	Consolidado					Total Geral
	Nota	Vencimentos			Acima de 5 anos (i)	
		Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)		
Em 31 de dezembro de 2024						
Fornecedores	19	10.810	-	-	-	10.810
Debêntures		178.926	357.809	317.392	-	854.127
Partes relacionadas	22	68.713	-	-	-	68.713
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	23	43.643	-	-	-	43.643
Outras contas a pagar		968	316	-	-	1.284
Em 31 de dezembro de 2023						
Fornecedores	19	13.050	-	-	-	13.050
Debêntures		151.489	316.949	299.092	152.824	920.354
Partes relacionadas	22	36.762	-	-	-	36.762
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	23	38.635	-	-	-	38.635
Passivo de arrendamento		300	-	-	-	300
Outras contas a pagar		-	946	-	-	946

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração.

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures.

O grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores e partes relacionadas.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos do grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do grupo, a Administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures (incluindo debêntures de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a debêntures.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Total das debêntures	20	496.244	544.605	578.739	650.031
(-) caixa e equivalente de caixa	8	(6.620)	(18.126)	(63.882)	(51.427)
(-) Depósitos vinculados a debêntures	9	(17.930)	(25.572)	(22.435)	(25.572)
Dívida líquida		<u>471.694</u>	<u>500.907</u>	<u>492.422</u>	<u>573.032</u>
Total do patrimônio líquido	25	131.094	123.709	159.714	153.123
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)		602.788	624.616	652.136	726.155
Índice de alavancagem financeira - %		78%	80%	76%	79%

Os detalhes sobre as cláusulas contratuais restritivas (“*covenants*”) do Grupo estão detalhadas na nota explicativa nº 20.

4.3. Outros riscos considerados relevantes

(a) Risco regulatório

As atividades do grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

(b) Risco hidrológico

A energia produzida pelas usinas geradoras de energia elétrica no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”). As atividades de coordenação e controle da operação do sistema elétrico são executadas pelo Operador Nacional do Sistema (“ONS”), que procura gerir os recursos energéticos de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o país. As usinas hidrelétricas representam uma parte relevante da capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil.

Como forma de compartilhar os riscos financeiros associados à comercialização de energia elétrica pelas usinas hidráulicas, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”). O MRE assegura que, no processo da contabilização na CCEE, as usinas participantes do MRE recebam seus níveis de garantia física independentemente da sua produção real de energia, desde que a geração total do MRE não esteja abaixo do total da garantia física de todas as usinas participantes do MRE.

O Fator de Ajuste da Garantia Física (“GSF”) pode ser interpretado como o percentual de energia que todos os geradores participantes do MRE geraram em relação ao total da garantia física conjunta do MRE em um determinado mês. Quando o GSF for menor que 100%, os geradores participantes do MRE estão gerando menos energia do que o montante total de sua garantia física em determinado mês. Este déficit de geração, usualmente ocasionado por condições hidrológicas, mas que no passado também foi afetado por atrasos na entrada em operação de grandes usinas hidrelétricas ou operação destas usinas em condição ineficiente, dentre outros fatores, incorre em uma exposição que é rateada proporcionalmente entre todos os participantes do MRE levando-se em conta a garantia física de cada um. Desta forma, as usinas da Companhia participantes do MRE têm sua Garantia Física afetada positiva ou negativamente em função do resultado da geração de energia de todas as usinas participantes no MRE e necessitam constantemente comprar ou vender energia para ajustar sua Garantia Física às suas obrigações nos contratos de compra e venda de energia com seus clientes, o que pode impactar os resultados da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, às usinas da Companhia participantes do MRE foram atribuídas garantias físicas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") ("Garantia Física"). A garantia física determina o montante de lastro de energia que estas usinas têm para comercializar e este montante é revisado com base na média de geração de energia de cinco anos.

A Companhia está acompanhando a situação regulatória de perto, mas até o momento não há indicativos de que haverá qualquer reforma na Portaria nº 376/2015. Essa portaria suspende os efeitos do art. 6º da Portaria nº 463/2009, que trata sobre a revisão ordinária da garantia física das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Essa suspensão significa que a garantia física das PCHs permanecerá inalterada enquanto a Portaria nº 376/2015 estiver em vigor. Não há indicativos de reformas futuras que possam impactar a garantia física das PCHs.

A Companhia possui uma política de "comercialização" de energia que é implementada pela área comercial e pelo comitê de comercialização de energia que monitoram mensalmente as necessidades de compra e venda de energia da Companhia no curto e longo prazo.

(c) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro do Grupo. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio.

(d) Mudanças climáticas

As mudanças climáticas têm um impacto significativo na geração de energia hidrelétrica. A disponibilidade de água é fundamental para gerar eletricidade através das hidrelétricas, e as mudanças no clima podem afetar o fluxo de água nos rios e, conseqüentemente, a produção de energia elétrica.

As hidrelétricas são projetadas para lidar com variações na disponibilidade de água, mas eventos extremos de seca e cheias podem representar um desafio significativo para a geração de energia elétrica principalmente para as pequenas centrais hidrelétricas. Para se prevenir desses eventos, a Companhia tem adotado as seguintes medidas:

1. Monitoramento constante dos níveis de água nos reservatórios e nos rios para antecipar possíveis eventos extremos e tomar medidas preventivas.
2. Utilização de previsões meteorológicas para se preparar para eventos extremos, como cheias ou secas prolongadas.
3. Criação de comitê de risco para gestão de energia, monitoramento das condições do GSF e da geração das usinas, para realização de balanço energético e se buscar fazer a administração dos contratos de energia da forma mais eficiente possível.

Essas medidas são importantes para garantir a segurança e a eficiência da geração de energia elétrica em condições extremas de clima.

4.4. Ativos e passivos mensurado ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.620	18.126	63.882	51.427
Contas a receber	10	-	-	29.540	35.606
Ativos financeiros	15	-	-	20.735	20.044
Partes relacionadas	22	141.400	149.846	3	-
Depósitos vinculados a debêntures	9	17.930	25.572	22.435	25.572
Outras contas a receber	14	107	-	13.149	12.104
Ao custo amortizado		<u>166.057</u>	<u>193.544</u>	<u>149.744</u>	<u>144.753</u>

Passivos financeiros

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Debêntures	20	496.244	544.605	578.739	650.031
Partes relacionadas	22	53.183	23.316	68.713	36.762
Fornecedores	19	269	329	10.810	13.050
Provisão Liminar garantia Física e penalidade de lastro de energia	23	-	-	43.643	38.635
Passivo de Arrendamento		-	-	-	300
Outras contas a pagar		-	-	968	946
Ao custo amortizado		<u>549.696</u>	<u>568.250</u>	<u>702.873</u>	<u>739.724</u>

O valor justo da parte das debêntures classificados no circulante não difere significativamente do seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é relevante, e o valor justo das debêntures classificados no não circulante também não diferem significativamente dos valores contábeis, considerando que as debêntures têm taxas pós-fixadas.

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

5. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Administração avaliou os critérios do CPC 22 – Informações por segmento e concluiu que há apenas um segmento operacional.

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração de energia elétrica por meio de suas usinas hidrelétricas. A Companhia possui a Administração centralizada e todas as suas tomadas de decisões são baseadas em relatórios consolidados que representam 100% da receita líquida de venda de energia.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a respectiva empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente (“VJORA”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos Financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados.

(e) *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não foram identificadas evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

7. ADOÇÃO DE NORMAS CONTÁBEIS - NOVAS E REVISADAS

Revisadas e vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo não circulante com Covenants	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixas	Acordos de Financiamentos de Fornecedores	01.01.2024
CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil	Passivo de Arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Revisadas e não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas		
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação nas receitas e despesas, divulgação medidas de desempenho e agrupamento de informações nas Demonstrações Financeiras	01.01.2027
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade	01.01.2025
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras.	01.01.2027

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa é composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Recursos em banco e em caixa	11	161	62	1.023
Recursos em aplicações financeiras	6.609	17.965	63.820	50.404
	<u>6.620</u>	<u>18.126</u>	<u>63.882</u>	<u>51.427</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa é composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

As aplicações financeiras são em CDBs com liquidez diária, remunerados por taxa entre 97% e 101% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (101,50% em 31 de dezembro de 2023).

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A DEBENTURES

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da Controladora referente aos depósitos vinculados às debêntures era de R\$17.930 e no Consolidado R\$ 22.435 (R\$ 25.572 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2023).

10. CONTAS A RECEBER

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD").

A Companhia efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes, de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização. A Companhia avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de PECLD e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de contas a receber é de R\$29.540 (R\$35.606 em 31 de dezembro de 2023) no Consolidado.

Segue abaixo a abertura dos saldos de contas a receber por idade de vencimento.

	Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	29.081	34.482
Vencidos de 1 a 30 dias	309	800
Vencidos de 31 a 90 dias	151	280
Vencidos de 91 a 180 dias	-	-
Vencidos de 181 a 360 dias	-	44
Vencidos há mais de 360 dias	-	-
	<u>29.540</u>	<u>35.606</u>

11. ESTOQUE

Política contábil

Os estoques são compostos preponderantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das atividades das usinas.

Os estoques são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente revalorizados com base no custo médio. Quando é feita a baixa de um item de estoque, para o uso na manutenção das usinas, o respectivo item é baixado pelo seu valor de custo médio, tendo como contrapartida a rubrica de custo de manutenção no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o saldo de estoques é, respectivamente, de R\$2.767 e R\$637.

12. TRIBUTOS A RECUPERAR

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente, de impostos retidos na fonte ("IRRF"), PIS e COFINS e imposto de renda ("IR") e contribuição social ("CSLL").

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante				
IRRF	2.632	3.427	3.483	4.330
COFINS e PIS a recuperar	48	-	80	150
IRPJ e CSLL	29	320	39	330
Outros	11	59	214	182
	<u>2.720</u>	<u>3.806</u>	<u>3.816</u>	<u>4.992</u>
Não Circulante				
IRPJ e CSLL	1.191	1.166	1.191	1.166
	<u>1.191</u>	<u>1.166</u>	<u>1.191</u>	<u>1.166</u>
	<u>3.911</u>	<u>4.972</u>	<u>5.007</u>	<u>6.158</u>

13. DESPESAS ANTECIPADAS

Política contábil

As despesas antecipadas são apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no exercício, de forma a obedecer ao regime de competência. Correspondem principalmente ao reconhecimento das despesas de forma linear e das licenças ambientais, assim como, da repactuação do risco hidrológico para o qual o grupo pagou um prêmio de seguro em 2015 e apropria a despesa ao resultado conforme o prazo de outorga das usinas beneficiadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
Repactuação do risco hidrológico (i)	-	-	277	276
Seguros	-	-	3.284	3.199
Licença ambiental	-	116	-	116
	<u>-</u>	<u>116</u>	<u>3.561</u>	<u>3.591</u>
Não circulante				
Repactuação do risco hidrológico (i)	-	-	1.741	2.018
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.741</u>	<u>2.018</u>
	<u>-</u>	<u>116</u>	<u>5.302</u>	<u>5.609</u>

(i) Valor da repactuação do risco hidrológico relativo a prêmio de seguro pago em 2015 e apropriado como despesa ao resultado conforme prazo de outorga das usinas beneficiadas.

14. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Política contábil

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrem de eventos passados. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
Adiantamento a funcionários	5	86	23	78
Adiantamento a fornecedores	20	64	53	484
Depósito em garantia de contrato de compra de energia	-	-	889	889
Quota para a Reserva Global de Reversão - RGR (i)	-	-	1.299	-
Outros	82	-	557	670
	<u>107</u>	<u>150</u>	<u>2.821</u>	<u>2.121</u>
Não circulante				
Neoenergia S.A. (ii)	-	-	10.328	9.595
Outros	53	138	-	388
	<u>53</u>	<u>138</u>	<u>10.328</u>	<u>9.983</u>
Total	<u>160</u>	<u>288</u>	<u>13.149</u>	<u>12.774</u>

(i) Pagamento a maior das quotas de RGR no ciclo de julho/2023 a junho/2024 que será parcialmente compensado e devolvido no ciclo de julho/2024 a junho/2025.

- (ii) Contas a receber referente ao acordo de contraprestação contingente o qual requer que o Grupo seja ressarcido em caso de eventual desembolso de caixa proveniente de eventos do passado relativos a gestão da Neoenergia S.A.

15. ATIVOS FINANCEIROS

A controlada Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. (“Afluente G”) foi constituída em 31 de agosto de 2005, atendendo a segregação de atividades no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal conforme Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Geração de Energia Elétrica pela Afluente G, celebrado entre a Afluente G e a União, regulamenta a exploração dos serviços públicos de geração de energia elétrica, estabelece que ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

A Afluente G possui somente um contrato de venda de energia que tem como contraparte a Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (“Coelba”) e esse contrato possui a remuneração baseada em tarifa definida pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 167 de 10 de outubro de 2005, com reajustes efetuados anualmente.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão e demais documentos pertinentes ao assunto da desverticalização, como o contrato com a Coelba acima mencionado, a Administração da Afluente G entende que estão sendo atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração, pois opera no regime de preços regulados abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um Ativo Financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual), classificada como um Ativo Intangível (vide nota explicativa nº 18) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia para os consumidores.

O saldo em 31 de dezembro de 2024 referente a parcela de valores residuais de ativos permanentes indenizáveis ao fim do contrato de concessão, atualizada com base na variação do IPCA e considerada como ativo financeiro, é de R\$20.735 (R\$20.044 em 31 de dezembro de 2023).

16. INVESTIMENTOS

Política contábil

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

O valor justo é oriundo da aquisição das controladas, Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A., Rio PCH S.A. e Bahia PCH S.A. ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. O referido valor foi baseado no preço acordado no contrato de compra e venda das companhias e sua realização é reconhecida com base no prazo de autorização e/ou concessão dos ativos identificados à época da compra.

(a) Movimentação dos investimentos

	Galheiros	Santa Cruz	Afluente G	Goiás Sul	Rio PCH	Bahia PCH	Total do investimento
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	70%	100%	
Em 01 de janeiro de 2023	92.879	-	71.254	167.288	52.890	173.461	557.772
Equivalência patrimonial	7.740	22.331	33.473	31.396	20.214	51.984	167.138
Realização do ajuste ao valor justo (i)	-	-	(6.228)	5.154	1.024	3.056	3.006
Dividendos distribuídos	(3.572)	-	(25.061)	(19.109)	(16.031)	(31.464)	(95.237)
Redução de capital	(17.613)	-	(12.835)	(6.538)	-	(30.822)	(67.808)
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.839)	-	(8.368)	(7.457)	(4.800)	(12.346)	(34.810)
Provisão para perda de investimento	-	(22.331)	-	-	-	-	(22.331)
31 de dezembro de 2023	77.595	-	52.235	170.734	53.297	153.869	507.731
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	70%	100%	
Em 01 de janeiro de 2024	77.595	-	52.235	170.734	53.297	153.869	507.731
Equivalência patrimonial	8.990	16.536	33.813	35.624	20.163	48.138	163.264
Realização do ajuste ao valor justo (i)	-	-	(6.228)	5.154	975	3.056	2.957
Dividendos distribuídos	(5.515)	-	(24.506)	(22.370)	(23.175)	(37.039)	(112.605)
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.135)	-	(8.603)	(8.461)	(4.840)	(11.433)	(35.472)
Provisão para perda de investimento	-	(16.536)	-	-	-	-	(16.536)
31 de dezembro de 2024	78.935	-	46.711	180.680	46.421	156.591	509.339

(i) Amortização da mais e menos valia reconhecida na aquisição das controladas.

(b) Provisão para perda de investimento

A investida Santa Cruz possui saldo de patrimônio líquido negativo, desta forma o valor do investimento é apresentado no passivo.

	Controladora	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para perda de investimento	272	16.808
	<u>272</u>	<u>16.808</u>

(c) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas:

<u>Em 31 de dezembro de 2024</u>	<u>Galheiros</u>	<u>Santa Cruz</u>	<u>Afluentes G</u>	<u>Goiás Sul</u>	<u>Rio PCH I</u>	<u>Bahia PCH I</u>
Balanco Patrimonial resumido						
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	70%	100%
Ativo circulante	9.699	27.175	12.289	24.882	11.149	16.006
Ativo não circulante	72.624	130.140	40.203	239.126	181.915	170.880
Passivo circulante	3.387	79.095	14.962	12.225	75.670	14.648
Passivo não circulante	-	78.492	7.414	4.958	21.993	361
Patrimônio líquido	78.935	(272)	30.116	246.825	95.401	171.875
Demonstração de resultado resumida						
Receita líquida de vendas	18.438	59.674	52.545	65.562	66.975	69.082
Lucro bruto	9.572	36.636	35.382	38.052	38.464	49.930
Lucro líquido	8.990	16.536	34.412	35.624	28.805	48.138

<u>Em 31 de dezembro de 2023</u>	<u>Galheiros</u>	<u>Santa Cruz</u>	<u>Afluente G</u>	<u>Goiás Sul</u>	<u>Rio PCH I</u>	<u>Bahia PCH I</u>
Balanço Patrimonial resumido						
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	70%	100%
Ativo circulante	4.439	20.287	11.190	16.553	11.523	12.183
Ativo não circulante	76.965	138.022	42.335	249.105	188.564	178.149
Passivo circulante	3.809	71.564	17.841	12.995	60.092	17.925
Passivo não circulante	-	103.552	6.271	4.631	41.949	198
Patrimônio líquido	77.595	(16.807)	29.413	248.032	98.046	172.209
Demonstração de resultado resumida						
Receita líquida de vendas	17.341	56.826	52.967	64.677	62.291	72.376
Lucro bruto	7.824	39.263	34.274	33.448	41.107	53.595
Lucro líquido	7.740	22.331	33.473	31.396	28.877	51.984

17. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as vidas úteis estimadas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

(a) Teste de redução ao valor recuperável

O Grupo avalia anualmente os indicativos de desvalorização de seus ativos, a fim de identificar a necessidade de realização do teste de valor recuperável conforme determina a norma contábil CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos. Nesse sentido, a avaliação é feita com base em fontes externas e internas de informação, considerando variações nas taxas de juros de mercado, mudanças significativas em ambientes tecnológicos, de mercado, econômico ou legal no qual a entidade opera ou mercado para o qual o ativo é utilizado, evidências de obsolescência, dano físico do ativo ou desempenho econômico pior que o esperado, além de outras indicações observáveis de que o ativo diminuiu significativamente no período.

Para o exercício de 2024, foi realizado teste de valor recuperável com base no cálculo do valor em uso dos ativos geradores de caixa, utilizando método do fluxo de caixa descontado. Neste método, a avaliação é baseada no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do negócio descontados por uma taxa de retorno que considera o risco relevante de se atingir esses fluxos de caixa e o valor temporal do dinheiro. O teste foi realizado por uma consultoria especializada contratada pela Administração e se baseou em premissas de projeções de longo prazo preparadas pela administração, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores. As premissas utilizadas para cálculo do fluxo de caixa descontado de cada projeto incluíram: (i) expectativas de faturamento de geração de energia; (ii) período de concessão/autorização; (iii) deduções sobre as vendas; (iv) custos de venda de energia; (v) despesas operacionais; além de outras projeções necessárias para o teste. A taxa de desconto utilizada pela Companhia reflete o risco relativo ao investimento, bem como o valor temporal do dinheiro no tempo, baseada no custo médio ponderado de capital que consiste na ponderação do retorno exigido sobre capital de terceiros e capital próprio em proporção aos seus percentuais estimados em uma estrutura de capital esperada, a taxa de desconto calculada foi de aproximadamente 11%. Como resultado dos testes realizados, não houve necessidade de provisão para recuperação dos ativos em 31 de dezembro de 2024. No exercício de 2023 também não houve necessidade da referida provisão.

	Imobilizado em andamento	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas, equipamentos e outros	Provisão de desmobilização	Edificações, obras civis e benfeitorias	Total
Em 01 de janeiro de 2023	376	28.883	289.146	258.367	1.812	91.894	670.478
Adição	6.648	-	-	51	-	100	6.799
Depreciação	-	-	(4.032)	(13.639)	-	(3.569)	(21.240)
Transferência	3.838	-	(109)	852	(1.812)	130	2.899
Saldo contábil líquido	10.862	28.883	285.005	245.631	-	88.555	658.936
Custo	10.862	28.883	391.693	414.959	-	126.824	973.221
Depreciação acumulada	-	-	(106.688)	(169.328)	-	(38.269)	(314.285)
Em 31 de dezembro de 2023	10.862	28.883	285.005	245.631	-	88.555	658.936
Em 01 de janeiro de 2024	10.862	28.883	285.005	245.631	-	88.555	658.936
Adição	3.277	-	14	105	-	384	3.780
Depreciação	-	-	(4.008)	(13.287)	-	(3.754)	(21.049)
Baixa	(1.045)	-	-	-	-	-	(1.045)
Reclassificação (i)	(1.484)	-	(95)	-	-	-	(1.579)
Transferência	(7.390)	-	7	2.308	-	5.075	-
Saldo contábil líquido	4.220	28.883	280.923	234.757	-	90.260	639.043
Custo	4.220	28.883	391.619	417.372	-	132.169	974.263
Depreciação acumulada	-	-	(110.696)	(182.615)	-	(41.909)	(335.220)
Em 31 de dezembro de 2024	4.220	28.883	280.923	234.757	-	90.260	639.043

(i) Reclassificação refere-se à transferência de valores para a conta de estoque de uso e consumo que, anteriormente, estavam alocados no imobilizado em andamento.

18. INTANGÍVEL

Política contábil

(a) Direito de autorização

Ativos identificados quando da aquisição das controladas (Goiás Sul, Rio PCH I e Bahia PCH I). Estes ativos intangíveis são de vida útil definida e serão amortizados nos prazos estabelecidos nas outorgas.

(b) Direito de uso de concessão

Contrato de Concessão de Geração de Energia Elétrica, mediante a exploração da PCH Afluente G, pelos prazos estabelecidos na outorga.

A Companhia reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Afluente G poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos de aquisição e de implementação incorridos para que eles estejam prontos a serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, que em geral é de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

	Controladora		
	Direito de autorização (i)	Software	Total
Em 01 de janeiro de 2023	3.915	-	3.915
Amortização	(495)	(142)	(637)
Transferência	(176)	176	-
Saldo contábil líquido	3.244	34	3.278
Custo	10.390	1.016	11.406
Amortização acumulada	(7.146)	(982)	(8.128)
Em 31 de dezembro de 2023	3.244	34	3.278

	Controladora		
	Direito de autorização (i)	Software	Total
Em 01 de janeiro de 2024	3.244	34	3.278
Amortização	(494)	(12)	(506)
Saldo contábil líquido	2.750	22	2.772
Custo	10.390	1.016	11.406
Amortização acumulada	(7.640)	(994)	(8.634)
Em 31 de dezembro de 2024	2.750	22	2.772

- (i) Direito de autorização refere-se à outorga autorizativa recebida pela controlada Galheiros para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica pelo prazo estabelecido em outorga.

	Consolidado				
	Direito da autorização (i)	Direito de concessão (ii)	Servidões	Software	Total
Em 01 de janeiro de 2023	94.733	16.772	-	966	112.471
Adição	-	1.643	-	46	1.689
Amortização	(13.172)	(3.277)	(23)	(133)	(16.605)
Transferência	(3.853)	501	574	(121)	(2.899)
Saldo contábil líquido	77.708	15.639	551	758	94.656
Custo	142.147	34.168	692	6.056	183.063
Amortização acumulada	(64.439)	(18.529)	(141)	(5.298)	(88.407)
Em 31 de dezembro de 2023	77.708	15.639	551	758	94.656
Em 01 de janeiro de 2024	77.708	15.639	551	758	94.656
Adição	-	796	45	10	851
Amortização	(12.915)	(3.754)	(29)	(217)	(16.915)
Reclassificação (iii)	-	(451)	-	-	(451)
Saldo contábil líquido	64.793	12.230	567	551	78.141
Custo	142.147	34.513	737	6.028	183.425
Amortização acumulada	(77.354)	(22.283)	(170)	(5.477)	(105.284)
Em 31 de dezembro de 2024	64.793	12.230	567	551	78.141

- (i) Ativos identificados quando da aquisição das controladas (Goiás Sul, Rio PCH I e Bahia PCH I) e outorga autorizativa recebida pela controlada Galheiros para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica pelo prazo estabelecido em outorga. Estes ativos intangíveis são de vida útil definida e serão amortizados nos prazos estabelecidos nas outorgas.
- (ii) O ativo intangível referente à Afluente G é composto pelos ativos de geração avaliados ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada de acordo com as taxas estipulada pelo órgão regulador (ANEEL). O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro, vide nota explicativa nº 15.
- (iii) Reclassificação refere-se à transferência de valores para a conta de estoque que, anteriormente, estavam alocados no intangível.

19. FORNECEDORES

Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Materiais e serviços	269	329	9.630	8.753
Compra de energia	-	-	1.180	4.095
Custo de transmissão	-	-	-	202
	<u>269</u>	<u>329</u>	<u>10.810</u>	<u>13.050</u>

20. DEBÊNTURES

Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures captadas são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (pro rata temporis). Portanto, elas são classificadas como mensurados ao custo amortizado.

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de debêntures são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

A Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. ("Santa Cruz") emitiu em 15 de junho de 2013 quatro séries de debêntures com vencimento final em 15 de junho de 2027, no montante total de R\$175.000, a ser pago em 53 parcelas, vencíveis trimestralmente, e remunerado pelo IPCA + juros de 8% a.a. até 23 de setembro de 2015, quando passou a IPCA + juros de 8,8% a.a., conforme repactuação. A 1ª série no montante total de R\$57.000 com vencimento final em 15 de junho de 2027, a 2ª série no montante total de R\$38.000 com vencimento final em 15 de setembro de 2026, a 3ª série no montante total de R\$41.000 com vencimento final em 15 de dezembro de 2026 e a 4ª série no montante total de R\$39.000 com vencimento final em 15 de março de 2027. Em 24 de novembro de 2023 houve o resgate parcial de 3 debêntures da 3ª série, no montante total de R\$10.205.

Em 15 de outubro de 2021, a Companhia realizou sua 3ª emissão de debêntures em série única com vencimento final em 15 de outubro de 2029 no montante total de R\$ 625.000, a ser pago em 16 parcelas semestrais e consecutivas, nos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2022, remunerado pela taxa DI + juros de 2% a.a.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante				
Debêntures	79.762	64.706	112.478	94.794
(-) Custo de colocação debêntures	<u>(3.179)</u>	<u>(3.208)</u>	<u>(3.210)</u>	<u>(3.208)</u>
	<u>76.584</u>	<u>61.498</u>	<u>109.268</u>	<u>91.586</u>
Não circulante				
Debêntures	431.687	498.312	481.517	573.749
(-) Custo de colocação debêntures	<u>(12.027)</u>	<u>(15.205)</u>	<u>(12.046)</u>	<u>(15.304)</u>
	<u>419.660</u>	<u>483.107</u>	<u>469.471</u>	<u>558.445</u>
Total debêntures	<u>496.244</u>	<u>544.605</u>	<u>578.739</u>	<u>650.031</u>

Essentia PCHs S.A.

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
									31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Essentia PCHs	3ª emissão Debêntures	625.000	15/10/2021	CDI + 2,00% a.a.	Semestral	Semestral	15/10/2029	(i) alienação fiduciária das ações da Companhia, (ii) cessão fiduciária de dividendos/recebíveis da Companhia, (iii) alienação fiduciária das ações das Fiadoras, e (iv) cessão fiduciária de dividendos/recebíveis das Fiadoras	511.450	563.019	511.450	563.019
Santa Cruz	1ª emissão Debêntures	1ª Série - R\$ 57.000 2ª Série - R\$ 38.000 3ª Série - R\$ 41.000 4ª Série - R\$ 39.000	15/06/2013	IPCA + 8,80% a.a.	Anual	Anual	1ª Série - 15/06/2027 2ª Série - 15/09/2026 3ª Série - 15/12/2026 4ª Série - 15/03/2027	(i) cessão fiduciária de contas vinculadas (ii) cessão fiduciária de contratos de energia no ambiente regulado, (iii) cessão fiduciária de receitas e direitos emergentes da autorização, (iv) alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia, (v) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, e (vi) fiança da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.			82.546	105.524
								(-) Custo de Colocação de Dívidas	(15.205)	(18.414)	(15.256)	(18.512)
									496.244	544.605	578.739	650.031

a) Movimentação de debêntures

Movimentação	Controladora		
	Debêntures	(-) Custo de colocação debêntures	Total
Saldo em 01/01/2023	600.147	(21.250)	578.897
Provisão de juros	83.652	-	83.652
Amortização de custos de emissão de dívida	-	2.836	2.836
Liquidação do principal	(34.250)	-	(34.250)
Liquidação dos encargos	(86.530)	-	(86.530)
Saldo em 31/12/2023	563.019	(18.414)	544.605
Saldo em 01/01/2024	563.019	(18.414)	544.605
Provisão de juros	66.723	-	66.723
Amortização de custos de emissão de dívida	-	3.209	3.209
Liquidação do principal	(49.563)	-	(49.563)
Liquidação dos encargos	(68.730)	-	(68.730)
Saldo em 31/12/2024	511.449	(15.205)	496.244
		<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Curto prazo		76.584	61.498
Longo prazo		419.660	483.107
Total		496.244	544.605
Movimentação	Consolidado		
	Debêntures	(-) Custo de colocação debêntures	Total
Saldo em 01/01/2023	734.039	(21.414)	712.625
Provisão de juros	94.238	-	94.238
Amortização de custos de emissão de dívida	-	2.903	2.903
Atualização monetária	5.835	-	5.835
Liquidação do principal	(67.424)	-	(67.424)
Liquidação dos encargos	(98.146)	-	(98.146)
Saldo em 31/12/2023	668.542	(18.511)	650.031
Saldo em 01/01/2024	668.542	(18.511)	650.031
Provisão de juros	74.910	-	74.910
Amortização de custos de emissão de dívida	-	3.256	3.256
Atualização monetária	4.701	-	4.701
Liquidação do principal	(76.293)	-	(76.293)
Liquidação dos encargos	(77.866)	-	(77.866)
Saldo em 31/12/2024	593.994	(15.255)	578.739

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Curto prazo	109.268	91.586
Longo prazo	<u>469.471</u>	<u>558.445</u>
Total	<u><u>578.739</u></u>	<u><u>650.031</u></u>

b) Condições restritivas financeiras (“covenants”)

As debêntures emitidas pela Companhia contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas informações contábeis intermediárias semestrais individuais e consolidadas da Essentia PCHs S.A.

A Companhia está obrigada ao cumprimento do índice de alavancagem dado pela razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, que deverá ser menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) durante toda a vigência das debêntures, considerando a medição semestral.

As debêntures emitidas pela Santa Cruz também estão sujeitas a covenants financeiros, sendo obrigadas ao cumprimento dos seguintes índices de medição anual: Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) com caixa individual de no mínimo 1,20, e Dívida Líquida/(EBITDA + Mútuos + AFACs + integralizações) de no máximo 3,50 a partir do ano referência de 2023.

A Administração monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. A Companhia e controladas possuem controles de acompanhamento e apuração semestral e anual dos covenants financeiros, dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados descumprimentos de covenants.

c) Composição por ano de vencimento

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
2024	-	64.706	-	94.794
2025	79.762	66.625	112.478	94.577
2026	80.375	80.375	112.004	110.516
2027	90.125	90.125	108.326	107.469
2028	121.313	121.313	121.313	121.313
2029	<u>139.874</u>	<u>139.875</u>	<u>139.874</u>	<u>139.874</u>
	<u><u>511.449</u></u>	<u><u>563.019</u></u>	<u><u>593.994</u></u>	<u><u>668.542</u></u>

21. TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Política contábil

Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da Companhia os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro. Os tributos a pagar compõem-se, preponderantemente, de impostos retidos na fonte a recolher, ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) e ISS (Imposto sobre serviços) e PIS, COFINS, Imposto de renda e Contribuição social a pagar.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	-	-	3.001	3.962
ICMS a pagar	-	-	46	28
ISS a pagar	-	-	6	55
PIS e COFINS a pagar	36	84	1.132	2.437
Salários, provisões e encargos sociais	993	907	2.336	2.044
Outros	7	13	252	267
	<u>1.036</u>	<u>1.004</u>	<u>6.773</u>	<u>8.793</u>

22. PARTES RELACIONADAS

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas do grupo, coligadas, controladas e acionistas. As operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, ao grupo realizou transações com partes relacionadas conforme apresentado a seguir.

Empresas	Natureza	Controladora		
		31/12/2024		
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
Galheiros Geração de energia elétrica S.A.	Custo compartilhado	27	-	-
Santa Cruz Power Corporation S.A.	Custo compartilhado	56	-	-
Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.	Custo compartilhado	43	-	-
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	Custo compartilhado	109	-	-
Rio PCH I S.A.	Custo compartilhado	89	-	-
Bahia PCH I S.A.	Custo compartilhado	57	-	-
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	Reembolso	-	-	1
		<u>382</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.	Dividendos a pagar	-	-	31.264
Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.	Dividendos a pagar	-	-	21.918
Galheiros Geração de Energia elétrica S.A.	Dividendos a receber	2.134	-	-
Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.	Dividendos a receber	11.903	-	-
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	Dividendos a receber	8.461	-	-
Rio PCH I S.A.	Dividendos a receber	36.235	-	-
Bahia PCH I S.A.	Dividendos a receber	11.433	-	-
		<u>70.166</u>	<u>-</u>	<u>53.182</u>
Santa Cruz Power Corporation S.A.	Contratos de mútuo	-	28.681	-
Rio PCH I S.A.	Contratos de mútuo	20.337	21.834	-
		<u>20.337</u>	<u>50.515</u>	<u>-</u>
Total		<u>90.885</u>	<u>50.515</u>	<u>53.183</u>

Empresas	Natureza	Controladora		
		31/12/2023		
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
Galheiros Geração de energia elétrica S.A.	Custo compartilhado	6	-	-
Santa Cruz Power Corporation S.A.	Custo compartilhado	-	-	11
Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.	Custo compartilhado	-	-	8
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	Custo compartilhado	-	-	22
Rio PCH I S.A.	Custo compartilhado	-	-	18
Bahia PCH I S.A.	Custo compartilhado	-	-	10
		<u>6</u>	<u>-</u>	<u>69</u>
Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.	Dividendos a pagar	-	-	15.854
Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.	Dividendos a pagar	-	-	7.393
Galheiros Geração de Energia elétrica S.A.	Dividendos a receber	2.233	-	-
Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.	Dividendos a receber	13.723	-	-
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	Dividendos a receber	7.457	-	-
Rio PCH I S.A.	Dividendos a receber	31.545	-	-
Bahia PCH I S.A.	Dividendos a receber	14.797	-	-
		<u>69.755</u>	<u>-</u>	<u>23.247</u>
Santa Cruz Power Corporation S.A.	Contratos de mútuo	-	27.343	-
Rio PCH I S.A.	Contratos de mútuo	10.856	41.886	-
		<u>10.856</u>	<u>69.229</u>	<u>-</u>
Total		<u><u>80.617</u></u>	<u><u>69.229</u></u>	<u><u>23.316</u></u>

Empresas	Natureza	31/12/2024		Consolidado
				31/12/2023
		Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo circulante
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	Reembolso	3	1	-
		<u>3</u>	<u>1</u>	<u>-</u>
Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.	Dividendos a pagar	-	31.264	15.854
Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.	Dividendos a pagar	-	21.918	7.393
PCH Administração e Participações Ltda	Dividendos a pagar	-	15.530	13.515
		<u>-</u>	<u>68.712</u>	<u>36.762</u>
Total		<u><u>3</u></u>	<u><u>68.713</u></u>	<u><u>36.762</u></u>

Compartilhamento de custos e despesas

Em 31 de dezembro de 2024 as despesas de folha de pagamento incorridas pela Companhia que beneficiam todas as empresas, foram rateadas entre todas as SPEs de acordo com a capacidade instalada de cada usina. Adicionalmente valores pagos pelas empresas Infraestrutura Brasil Holding I S.A. e Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. em nome da Companhia foram cobrados como reembolso.

Dividendos

São as parcelas definidas em assembleia para destinação de lucros de exercícios em conformidade com a legislação societária.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não houve valores de remuneração do pessoal chave da Administração, pois as despesas estão sendo centralizadas por outra empresa do Grupo (Infraestrutura Brasil Holding I S.A.), os montantes incluindo encargos e benefícios corresponde a R\$ 4.271 (R\$ 4.865 em 31 de dezembro de 2023 e uma média de R\$ 1.880).

Contratos de mútuo

Mutuante	Mutuária	Valor do contrato	Prazo do contrato	Juros	31/12/2024
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	5.500	Indeterminado	0,5% a.m. +TR	9.273
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	3.800	Indeterminado	0,5% a.m. +TR	2.556
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	2.800	Indeterminado	0,5% a.m. +TR	4.729
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	6.000	Indeterminado	0,5% a.m. +TR	8.928
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	4.800	Indeterminado	7% a.a.	3.195
Essentia PCHs S.A.	Rio PCH I S.A.	44.559	15 de julho de 2026	CDI 100% + spread de 4,2% a.a.	42.171
Total					70.852

23. PROVISÃO LIMINAR GARANTIA FÍSICA E PENALIDADE DE LASTRO DE ENERGIA

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Provisão liminar garantia física e penalidade de lastro de energia	43.643	38.635
	<u>43.643</u>	<u>38.635</u>

Em 13 de fevereiro de 2015, uma liminar concedida pela 22ª Vara Federal, suspendeu os efeitos das Portarias nº 31 e nº 183, do Ministério de Minas e Energia (MME), que reduziram a garantia física da pequena central hidrelétrica São Domingos II. Na decisão, foi determinado que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) considerasse o limite original de contratação da PCH, nos processos de contabilização e de liquidação financeira realizados após 15 de dezembro de 2014, data de ajuizamento da ação judicial pela proprietária da usina, a Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas. O saldo em aberto desde então é provisionado e atualizado monetariamente mensalmente. Caso a liminar seja revogada, o total do valor provisionado será executado.

24. PROVISÃO PARA RISCOS

Política contábil

A Companhia está envolvida em várias ações judiciais que se encontram em instâncias diversas.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude de visibilidade do processo o Grupo considere sua divulgação seja relevante. As classificações das perdas, baseiam-se nas avaliações e opiniões dos consultores jurídicos do Grupo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, o qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, recolhimento de FGTS, férias, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial, indenizatória, ambiental, fundiária e regulatória movidas por ou em face de pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais, dentre outros.

Tributárias

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, IRPJ, REFIS, PIS/COFINS, INSS, CIDE, entre outros.

Os saldos da provisão para riscos prováveis de perda são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	29	158	7.180	6.118
Cíveis	-	-	4.284	3.747
Tributárias	5	-	5	871
(-) Depósitos judiciais - Trabalhista	-	-	(99)	(99)
(-) Depósitos judiciais - Cível	-	-	(1.042)	(1.042)
	<u>34</u>	<u>158</u>	<u>10.328</u>	<u>9.595</u>

a) Movimentação da provisão para riscos prováveis

Movimentação	Controladora			
	Natureza			Total
	Trabalhistas	Tributários	(-) Depósitos Trabalhistas	
Saldo em 31/12/2022	<u>72</u>			<u>72</u>
Constituição	64	-	-	64
(-) Pagamentos	-	-	-	-
(-) Reversões	-	-	-	-
Atualização monetária	22	-	-	22
Saldo em 31/12/2023	<u>158</u>			<u>158</u>
Constituição	15	-	-	15
(-) Reversões	(141)	-	-	(141)
Atualização monetária	2	-	-	2
Saldo em 31/12/2024	<u>34</u>			<u>34</u>

Movimentação	Consolidado					
	Natureza					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	(-) Depósitos Trabalhistas	(-) Depósitos Cível	Total
Saldo em 31/12/2022	6.214	3.566		(99)	(1.042)	8.639
Constituição	129	25	871	-	-	1.025
(-) Pagamentos		(250)	-	-	-	(250)
(-) Reversões	(1.087)	-	-	-	-	(1.087)
Atualização monetária	862	406	-	-	-	1.268
Saldo em 31/12/2023	6.118	3.747	871	(99)	(1.042)	9.595
Constituição	2.419	2.546	4	-	-	4.969
(-) Pagamentos	(473)	(26)	(847)	-	-	(1.346)
(-) Reversões	(1.212)	(2.523)	(40)	-	-	(3.775)
Atualização monetária	320	548	17	-	-	885
Saldo em 31/12/2024	7.172	4.292	5	(99)	(1.042)	10.328

b) Os passivos contingentes possíveis são demonstrados como segue:

Empresas	Consolidado					Total
	Ambientais	Trabalhistas	Cíveis	Tributários		
Santa Cruz Power Corporation S.A.	-	-	-	13.640		13.640
Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	8.333		8.333
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	6.835	-	-	-		6.835
Rio PCH I S.A.	14.636	780	-	129		15.545
Bahia PCH I S.A.	4.272	-	369	182		4.823
Essentia PCHs S.A.	-	128	-	2.537		2.665
Saldo em 31/12/2023	25.743	908	369	24.821		51.841
Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	156	8.710		8.866
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	3.562	-	3.229	-		6.791
Rio PCH I S.A.	16.390	-	113	131		16.633
Bahia PCH I S.A.	4.787	26	1.181	195		6.189
Essentia PCHs S.A.	-	-	-	2.685		2.685
Saldo em 31/12/2024	24.739	26	4.678	11.721		41.165

A seguir um resumo da natureza dos principais processos, isoladamente ou em conjunto:

- (i) **Trabalhistas:** Reclamações Trabalhistas que têm por principais matérias: retificação de perfil profissiográfico, indenização por danos morais e materiais, horas extras, verbas rescisórias, recolhimento de FGTS, férias, diferenças salariais e participação nos lucros.
- (ii) **Tributárias:** Dois processos administrativos e dois processos judiciais, que têm por matéria: utilização de recursos hídricos, ICMS, retenção na fonte de imposto incidente sobre rendimentos pagos ou creditados a título de JSCP e compensação de crédito de COFINS.
- (iii) **Ambientais:**
 - Autos de Infração lavrados pelo Ibama por suposto resgate de fauna ocorrido em desacordo com a autorização obtida, suposto resgate de Ictiofauna supostamente sem autorização do órgão competente, suposto descumprimento de condicionante estipulada na licença de operação e suposto descumprimento de condicionantes estipuladas em Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico;

- Autos de Infração lavrados pelo Instituto de Meio Ambiente por suposta execução de obras com a licença vencida e suposto desatendimento ao prazo estipulado pelo Órgão para apresentação de documentos ambientais solicitados;
- Autos de Infração por descumprimento de condicionantes de licenças de operações;
- Duas ações civis públicas movidas pelo Ministério Público de Goiás por suposta não aprovação do Plano Ambiental de Conservação e uso do Entorno de Reservatório Artificial e por supostos danos ambientais à área de preservação permanente.
- Processo administrativo relacionado a mortalidade de peixes, obras potencialmente poluidoras e resgate de ictiofauna.

(iv) Cíveis:

Processo administrativo relacionado a mortalidade de peixes, obras potencialmente poluidoras e resgate de ictiofauna.

Principais movimentações:

Na controlada indireta, Goiás Sul Geração de Energia S.A, houve o trânsito em julgado do acórdão de apelação de uma das Ações Civis Públicas (ambiental) e o processo aguarda prosseguimento do feito para arquivamento. Adicionalmente a Goiás Sul Geração de Energia S.A. é parte em ação movida por Afrânio Rosa, que alega prejuízos devido à implementação de uma PCH em 2008. O prognóstico de perda foi revisado de remoto para possível, e o processo segue em andamento.

Em razão da adesão da Santa Cruz ao Programa de Regularização Fiscal lançado pelo Estado de Goiás, por meio do qual houve a concessão de desconto de 99% nos juros e multa dos tributos devidos ou que estão em discussão (Lei nº 22.572/2024) e da realização dos respectivos pagamentos em 29/07/2024, o procedimento administrativo nº 4.01.11.034331-36 e a Execução Fiscal nº 5702451-90.2023.8.09.0145 perderam o seu objeto, razão pela qual foi dada a baixa nos importes que estavam em discussão.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Abaixo a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

Acionistas	31 de dezembro de 2024		
	Participação - %	Quantidade de ações	Total
Infraestrutura Brasil Holding XVII	51%	103.891.347	31.998
Infraestrutura Brasil Holding XIX	49%	99.817.177	30.559
	100%	203.708.524	62.557

Acionistas	31 de dezembro de 2023		
	Participação - %	Quantidade de ações	Total
Infraestrutura Brasil Holding XVII	68%	138.929.213	42.664
Infraestrutura Brasil Holding XIX	32%	64.779.311	19.893
	100%	203.708.524	62.557

Em 12 de março de 2024, por meio de uma reorganização societária, houve alteração na participação dos acionistas, Infraestrutura Brasil Holding XVII (“IBH XVII”) e Infraestrutura Brasil Holding XIX (“IBH XIX”), através de aporte de investimento do Pátria Infraestrutura FIP IE, aumentando percentual de participação da IBH XIX de 32% para 49% na Companhia.

(b) Reserva legal

É constituída à razão do lucro líquido apurado em cada exercício social até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva é de R\$ 12.511 (R\$ 12.511 em 31 de dezembro de 2023) e não ocorreram movimentações no exercício pois o saldo atingiu o limite de 20% do capital.

(c) Dividendos

A Companhia registrou dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 nos montantes de R\$ 13.149 e R\$ 12.558 para suas acionistas Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A., respectivamente. A Companhia registrou também dividendos adicionais referente ao lucro do exercício de 2023 no montante de R\$ 69.737.

(d) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, as reservas de lucros de R\$ 77.122 ultrapassam em R\$ 14.565 o capital social da Companhia que é de R\$ 62.557. Em observância ao artigo 199 da Lei n°. 6.404/1976, a destinação das referidas reservas será definida na Assembleia de Acionistas, podendo ser constituído dividendos adicionais para distribuição aos Acionistas, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia ou destinado ao aumento do capital social.

(e) Lucro básico e diluído por lote de mil ações

Lucro básico e diluído por lote de mil ações	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia proveniente de operações continuadas	102.829	92.984
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	214.067	195.943
Lucro básico e diluído atribuível por lote de mil ações das operações continuadas - R\$	0,48	0,47
Lucro básico e diluído atribuível por lote de mil ações das operações total - R\$	0,48	0,47

26. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos encargos de concessão e pesquisa e desenvolvimento P&D.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. O fornecimento de energia elétrica é medido através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período, de acordo com a geração de energia e os contratos de fornecimento existentes. O reconhecimento de receita relativo a tal fornecimento, portanto, é efetuado seguindo os volumes de energia gerados e fornecidos, e os respectivos termos contratuais existentes.

A receita operacional do Grupo está baseada, principalmente, em contratos regulados de venda de energia hidroelétrica de longo prazo com duração média de 30 anos, firmados com distribuidoras de energia.

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita líquida		
Receita com energia	347.028	340.768
(-) Impostos sobre vendas	(12.695)	(12.194)
(-) Encargos sobre concessão	(1.583)	(1.582)
(-) Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(475)	(513)
	<u>332.275</u>	<u>326.479</u>

27. CUSTO DE VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Custo de venda de energia elétrica</u>		
Energia elétrica comprada para revenda (a)	42.381	41.842
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	8.002	7.893
Custo de operação (b)	67.101	60.446
	<u>117.485</u>	<u>110.182</u>

Venda de energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Energia elétrica comprada para revenda (i)	37.900	36.831
Custo de liquidação CCEE	4.481	5.011
	<u>42.381</u>	<u>41.842</u>

A compra de energia elétrica refere-se principalmente ao cumprimento das obrigações do GSF (Generation Scaling Factor) e redução de garantia física das usinas de Afluenta G.

(a) Custo de operação

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	7.427	6.482
Manutenções, materiais e serviços de terceiros	22.002	16.399
Depreciações e amortizações - direito de uso	216	357
Depreciações e amortizações	37.457	37.208
	<u>67.101</u>	<u>60.446</u>

28. DESPESA GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	2.021	2.914
Despesas tributárias	25	27
Outras despesas operacionais	184	99
Seguros	(34)	77
Depreciações e amortizações	506	637
Pessoal	438	609
	<u>3.141</u>	<u>4.363</u>

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	2.847	3.915
Aluguéis	8	(22)
Seguros	3.715	3.856
Despesas tributárias	21	35
Outras despesas operacionais	1.107	361
Depreciações e amortizações	507	637
Pessoal	4.121	4.008
	<u>12.328</u>	<u>12.790</u>

29. RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil

As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras.

As despesas financeiras sobre empréstimos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem os valores de atualizações financeiras, variações cambiais, taxas, tarifas e multas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesa financeira				
Juros sobre debêntures	(66.723)	(83.652)	(74.910)	(94.238)
Amortização de custos de emissão de debêntures	(3.209)	(2.836)	(3.256)	(2.903)
Atualização monetária sobre debêntures	-	-	(4.701)	(5.835)
Atualização financeira liminar GSF e penalidade de lastro de energia (i)	-	-	(3.487)	1.935
Atualização financeira direito de uso	-	-	(41)	(37)
Outras despesas financeiras	(575)	(612)	(1.402)	(1.153)
	<u>(70.507)</u>	<u>(87.100)</u>	<u>(87.798)</u>	<u>(102.231)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(70.507)</u>	<u>(87.100)</u>	<u>(87.798)</u>	<u>(102.231)</u>
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	1.627	1.353	8.190	11.076
Atualização do ativo financeiro	-	-	970	897
Outras receitas	464	1.466	887	1.503
	<u>2.091</u>	<u>2.819</u>	<u>10.047</u>	<u>13.476</u>
Receita financeira com partes relacionadas				
Resultado com partes relacionadas	8.165	11.484	-	-
	<u>8.165</u>	<u>11.484</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total das receitas financeiras	<u>10.256</u>	<u>14.303</u>	<u>10.047</u>	<u>13.476</u>
Resultado financeiro	<u>(60.251)</u>	<u>(72.797)</u>	<u>(77.751)</u>	<u>(88.755)</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reverteu a atualização monetária referente a penalidade de lastro de energia.

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social na Controladora são apurados com base no regime de tributação do lucro real e nas controladas são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base neste regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro contábil antes dos impostos	102.829	92.984	124.711	114.752
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros	(34.962)	(31.615)	(42.401)	(39.016)
Despesas permanentes não dedutíveis	306	-	306	-
Prejuízos fiscais e ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído	(20.854)	(26.234)	(20.854)	(26.234)
Resultado de equivalência patrimonial	55.510	57.849	-	-
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	-	-	49.708	52.145
Encargo fiscal	-	-	(13.241)	(13.105)
Corrente	-	-	(13.241)	(13.105)
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	(13.241)	(13.105)
Alíquota efetiva	-	-	11%	11%

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos relacionados a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulados, pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores.

31. COMPROMISSOS

	Consolidado			Total
	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	
Contrato de compra de energia (i)	17.669	24.009	-	41.678
	<u>17.669</u>	<u>24.009</u>	<u>-</u>	<u>41.678</u>

(i) Aquisição de energia elétrica para cobertura de *déficit* causado pela redução da garantia física ou impacto do risco hidrológico (GSF).

32. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possuía cobertura de seguro patrimonial e lucros cessantes no montante de R\$ 1.643.754, (coberturas compartilhadas com as demais empresas controladas pela Essentia PCHs S.A). O seguro de responsabilidade civil no montante de R\$ 60.000 também é compartilhado com todas as empresas controladas pela Companhia. A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de fevereiro de 2025, a Essentia PCHs S.A. firmou o contrato da 4ª emissão de debêntures, conforme aditado em 25 de março de 2025, no montante total de R\$ 750.000 com vencimento final em 25 de março de 2032, a serem pagas em 14 parcelas semestrais e consecutivas, em todo dia 25 (vinte e cinco) dos meses de março e setembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 25 de setembro de 2025, corrigidas pela variação do CDI + spread de 1,00% a.a..

Os recursos líquidos captados na emissão das debêntures serão utilizados pelo Grupo para a liquidação antecipada da 3ª emissão de debêntures da Companhia e a 1ª emissão de debêntures da Santa Cruz. Os recursos remanescentes serão utilizados para distribuição (ou qualquer outra forma de distribuição de resultados e/ou recursos) aos acionistas ou ao reforço de caixa.

A Companhia realizou o resgate antecipado total da 3ª emissão de debêntures, em 31 de março de 2025, no montante total de R\$548.619.

A controlada indireta Santa Cruz realizou o resgate antecipado total da 1ª emissão de debêntures, em 31 de março de 2025, no montante total de R\$76.440.